



Informe de Previdência Social

04/2026

Vol. 38 – Nº 04

Nota Técnica

Resultado do RGPS: Mar/2026

MINISTRO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

Wolney Queiroz Maciel

SECRETÁRIO EXECUTIVO

Felipe Cavalcante e Silva

SECRETÁRIO DE REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL

Benedito Adalberto Brunca

DIRETOR DO DEPARTAMENTO DO REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL

Eduardo da Silva Pereira

COORDENADOR-GERAL DE CADASTRO, ESTATÍSTICA E ATUÁRIA

Alexandre Zioli Fernandes

COORDENADOR-GERAL DE ESTUDOS PREVIDENCIÁRIOS

Ricardo Oliveira Martins

CORPO TÉCNICO

Daniel dos Santos Marinho

Filipe Leite Peixoto

Lygia Maria Bitencourt Moura Oliveira

Valdemir de Souza Silva

O Informe de Previdência Social é uma publicação mensal do Ministério da Previdência Social – MPS, de responsabilidade da Secretaria de Regime Geral de Previdência Social e elaborada pela Coordenação-Geral de Estudos Previdenciários.

Também disponível na internet, no endereço: <https://www.gov.br/previdencia/pt-br>

É permitida a reprodução total ou parcial do conteúdo desta publicação desde que citada a fonte.

ISSN da versão impressa 2518-5759

Correspondência

Ministério da Previdência Social - MPS • Secretaria de Regime Geral de Previdência Social

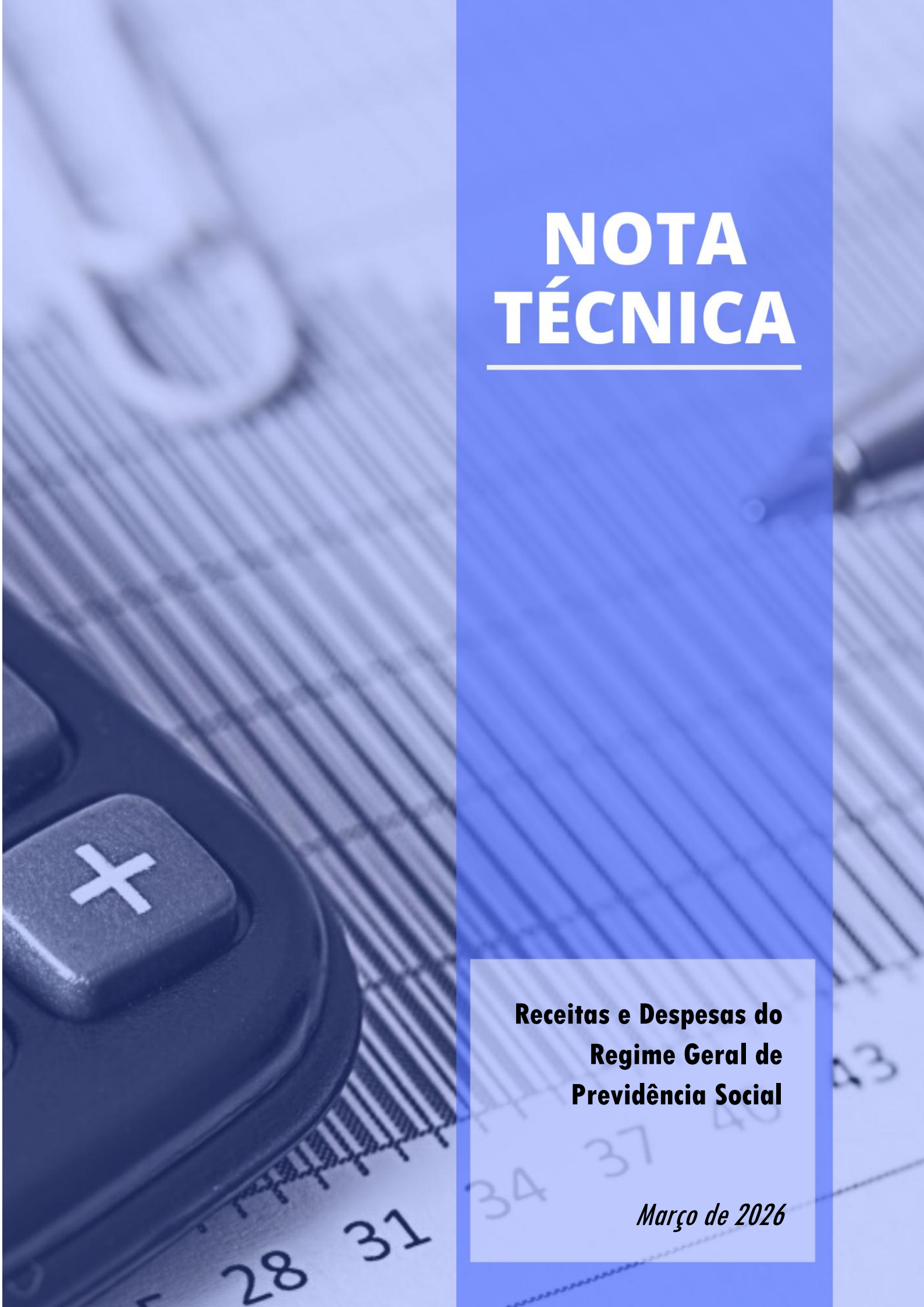
Esplanada dos Ministérios Bloco F, 7º andar, Sala 750 • 70059-900 – Brasília-DF

Tel. (061) 2021-5011.

E-mail: cgepmmps@previdencia.gov.br

SUMÁRIO

RECEITAS E DESPESAS DO REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL MARÇO / 2026	5
1. Resultado Agregado do Regime Geral de Previdência Social	5
2. Resultados por Clientela Urbana e Rural.....	6
3. Receitas Correntes	9
4. Receitas de Medidas de Recuperação de Créditos	10
5. Benefícios Emitidos e Concedidos	12
ANEXO I.....	17
ANEXO II.....	19



NOTA TÉCNICA

**Receitas e Despesas do
Regime Geral de
Previdência Social**

Março de 2026

RECEITAS E DESPESAS DO REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL

MARÇO / 2026

Necessidade de Financiamento (em R\$ bilhões reais de mar/2026 - INPC)	
Acumulado no mês (mar/26)	49,1
Acumulado no ano (2026)	92,5
Acumulado em 12 meses (abr/25-mar/26)	350,8

1. Resultado Agregado do Regime Geral de Previdência Social

A evolução financeira do Regime Geral de Previdência Social é melhor compreendida quando se trabalha com valores reais, eliminando-se os efeitos da inflação. Dessa forma, na análise aqui efetuada, todos os valores são reais, atualizados para março de 2026 pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC).

A arrecadação líquida total da Previdência Social foi, em março de 2026, de cerca de R\$ 60,3 bilhões, evidenciando aumento de 0,7% (+R\$ 415,1 milhões) em relação ao mês anterior (fev/26) e aumento de 6,3% (+R\$ 3,6 bilhões) na comparação com março de 2025. As despesas com benefícios previdenciários atingiram R\$ 109,4 bilhões em março de 2026, registrando aumento de 32,7% (+R\$ 27,0 bilhões) em relação ao mês anterior

(fev/26) e de 35,8% (+R\$ 28,8 bilhões), na comparação com março de 2025, o que resultou em uma necessidade de financiamento total, em março de 2026, da ordem de R\$ 49,1 bilhões, conforme se observa na **Tabela 1**.

No acumulado de 2026 (de janeiro a março), a arrecadação líquida e as despesas com benefícios previdenciários alcançaram, respectivamente, R\$ 180,9 bilhões e R\$ 273,4 bilhões, resultando em uma necessidade de financiamento da ordem de R\$ 92,5 bilhões. Em comparação com o mesmo período de 2025, a arrecadação líquida cresceu 6,4% (+R\$ 10,9 bilhões), as despesas com benefícios previdenciários aumentaram 14,6% (+R\$ 34,9 bilhões) e a necessidade de financiamento apresentou aumento de cerca de 35,0% (+R\$ 24,0 bilhões).

TABELA 1: Arrecadação Líquida, Benefícios Previdenciários e Saldo Previdenciário – mar/25, fev/26 e mar/26 – Valores em R\$ milhões de mar/26 – INPC

Item	mar/25	fev/26	mar/26	Var. %	Var. %	Acumulado no ano		Var. %
	(A)	(B)	(C)	(C / B)	(C / A)	2025	2026	
1. Arrecadação Líquida (1.1 + 1.2 + 1.3 + 1.4 + 1.5)	56.740,8	59.878,0	60.293,0	0,7	6,3	169.976,1	180.924,8	6,4
1.1. Receitas Correntes	59.020,2	62.372,7	62.689,4	0,5	6,2	178.658,1	190.097,8	6,4
Pessoa Física	1.212,0	1.308,4	1.226,7	(6,2)	1,2	3.643,5	3.698,9	1,5
SIMPLES - Recolhimento em GPS	0,8	0,4	0,4	4,0	(51,6)	7,5	2,9	(61,1)
SIMPLES - Repasse STN	7.741,4	7.451,0	7.563,1	1,5	(2,3)	23.817,4	24.860,9	4,4
Empresas em Geral	49.065,1	52.909,5	53.193,0	0,5	8,4	147.673,9	158.978,4	7,7
Setores Desonerados - DARF	980,8	691,0	692,1	0,2	(29,4)	3.344,1	2.523,2	(24,5)
Entidades Filantrópicas	0,0	0,0	0,0	(57,4)	418,2	0,1	0,0	(83,4)
Órgãos do Poder Público - Recolhimento em GPS	0,9	0,6	1,0	56,0	9,2	1,5	1,9	28,8
Órgãos do Poder Público - Retenção FPM/FPE	0,4	0,2	0,2	(4,4)	(41,7)	0,9	0,6	(32,7)
Comercialização da Produção Rural	0,5	0,4	0,4	(2,5)	(26,5)	1,7	1,1	(36,7)
Retenção (11%)	0,3	0,2	0,1	(45,9)	(64,1)	0,6	0,5	(18,3)
Reclamatória Trabalhista	15,1	8,7	9,6	10,2	(36,9)	157,6	22,6	(85,7)
Outras Receitas	2,8	2,3	2,7	17,5	(2,2)	9,3	7,0	(24,9)
1.2. Recuperação de Créditos	478,3	362,3	415,1	14,6	(13,2)	1.346,8	1.198,1	(11,0)
Arrecadação / Comprev / Dec.6.900/09	7,1	19,9	10,7	(46,0)	52,2	42,6	34,3	(19,5)
Arrecadação / Lei 11.941/09	60,6	68,9	57,5	(16,5)	(5,2)	168,3	177,1	5,2
Programa de Recuperação Fiscal - REFIS	24,0	25,6	29,4	14,9	22,7	54,0	80,9	49,9
Depósitos Judiciais - Recolhimentos em GPS	0,0	-	-	-	(100,0)	0,0	0,0	48,7
Depósitos Judiciais - Repasse STN	13,2	(77,3)	24,5	(131,7)	86,0	(52,2)	(10,7)	(79,6)
Débitos	4,5	3,8	6,9	82,6	53,9	22,3	21,8	(2,2)
Parcelamentos Convencionais	369,0	321,5	286,1	(11,0)	(22,5)	1.111,8	894,7	(19,5)
1.3. Restituições de Contribuições	(1,8)	(1,1)	(0,8)	(28,1)	(58,1)	(3,3)	(2,7)	(16,6)
1.4. Transferências a Terceiros	(2.755,9)	(2.856,0)	(2.810,7)	(1,6)	2,0	(10.025,6)	(10.368,4)	3,4
1.5. Compensação da Desoneração - STN	-	-	-	-	-	-	-	-
2. Despesas com Benefícios Previdenciários	80.557,0	82.406,7	109.365,6	32,7	35,8	238.489,1	273.401,2	14,6
Pagos pelo INSS	78.479,3	81.059,7	83.299,5	2,8	6,1	233.538,0	244.092,5	4,5
Sentenças Judiciais - TRF	2.077,7	1.347,0	26.066,1	1.835,1	1.154,5	4.951,2	29.308,6	492,0
3. Resultado Previdenciário (1 – 2)	(23.816,2)	(22.528,7)	(49.072,5)	117,8	106,0	(68.513,0)	(92.476,4)	35,0

Fonte: INSS (fluxo de caixa ajustado pelo Sistema Informar)

Elaboração: SRGPS/MPS

2. Resultados por Clientela Urbana e Rural

Dadas as significativas diferenças estruturais entre os setores urbano e rural, é necessário que o resultado previdenciário seja analisado segundo o que se denomina, na terminologia do Regime Geral de Previdência Social (RGPS), clientelas urbana e rural.

Em março de 2026, a arrecadação líquida total urbana foi de R\$ 59,6 bilhões, registrando aumento de 0,6% (+R\$ 372,1 milhões) em relação ao mês anterior (fev/26) e aumento de 6,5% (+R\$ 3,6 bilhões) na comparação com março de 2025. Já a arrecadação líquida total rural foi de R\$ 740,1 milhões, evidenciando crescimento de 6,2% (+R\$ 43,0 milhões) em relação ao mês anterior (fev/26) e queda de 11,5% (-R\$ 96,4 milhões) quando comparada a março de 2025.

A despesa com pagamento de benefícios urbanos, incluídas as despesas com sentenças judiciais urbanas e Comprev, foi da ordem de R\$ 86,2 bilhões em março de 2026, registrando aumento de 33,1% (+R\$ 21,4 bilhões) em relação ao mês anterior (fev/26) e aumento de 36,3% (+R\$ 22,9 bilhões) na comparação com março de 2025. Já a despesa rural, incluídas as sentenças judiciais rurais, atingiu R\$ 23,2 bilhões em março de 2026, evidenciando aumento de cerca de 31,4% (+R\$ 5,5 bilhões) em relação ao mês anterior (fev/26) e de 33,8% (+R\$ 5,9 bilhões), quando comparada ao mês correspondente de 2025, conforme se observa na **Tabela 2**.

Em março de 2026, as clientelas urbana e rural apresentaram necessidade de financiamento da ordem de R\$ 26,6 bilhões e R\$ 22,5 bilhões, respectivamente.

No acumulado de 2026, a arrecadação líquida urbana (incluída a arrecadação associada à Comprev) totalizou R\$ 178,7 bilhões, registrando aumento de 6,7% (+R\$ 11,2 bilhões) em relação ao mesmo período de 2025. Já a arrecadação rural atingiu cerca de R\$ 2,2 bilhões, refletindo queda de 10,2% (-R\$ 250,2 milhões) na mesma base de comparação. As despesas com o pagamento de benefícios previdenciários urbanos e rurais (incluídas as sentenças judiciais e Comprev) totalizaram R\$ 215,2 bilhões e R\$ 58,2 bilhões, respectivamente, representando crescimento de

14,8% (+R\$ 27,7 bilhões) no meio urbano e de 14,2% (+R\$ 7,2 bilhões) no meio rural.

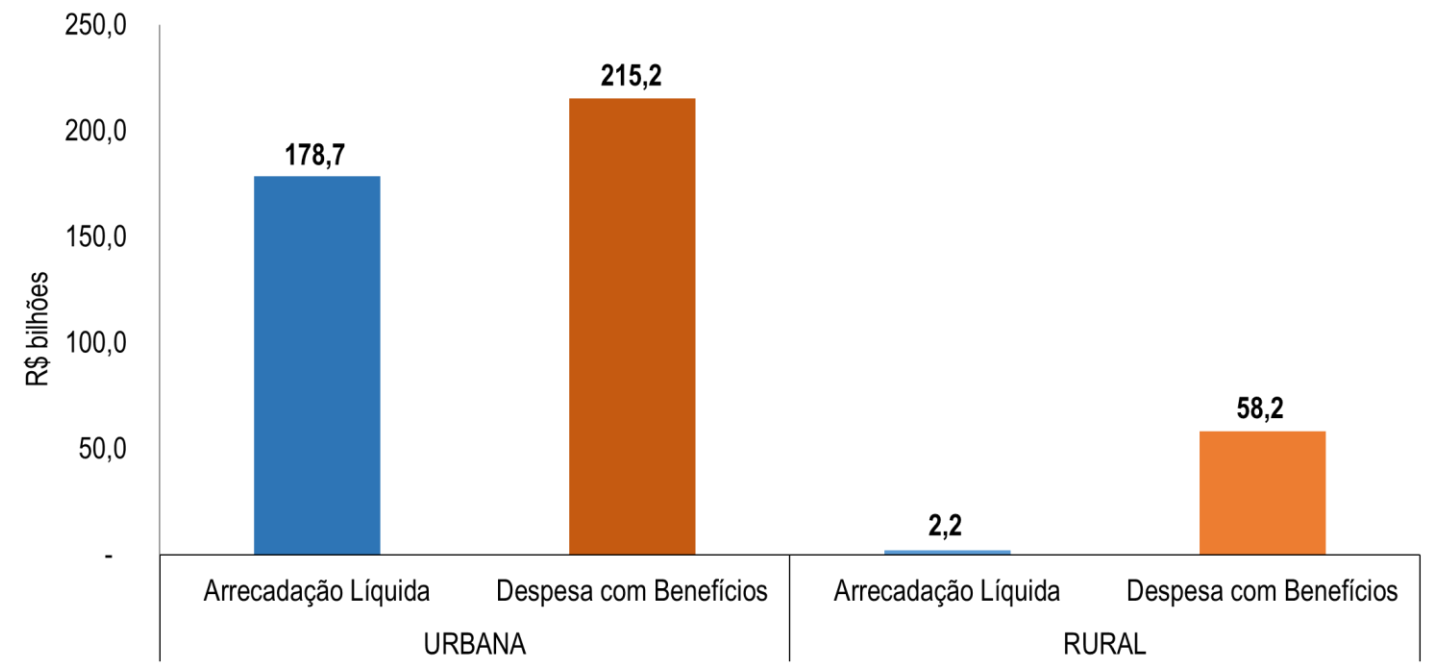
Como resultado, a clientela urbana registrou necessidade de financiamento da ordem de R\$ 36,5 bilhões, apresentando crescimento de 82,3% (+R\$ 16,5 bilhões) em relação ao mesmo período de 2025. Já a clientela rural apresentou necessidade de financiamento de R\$ 56,0 bilhões, cerca de 15,4% (+R\$ 7,5 bilhões) superior à observada no mesmo período de 2025.

TABELA 2: Evolução da Arrecadação Líquida, Despesa com Benefícios Previdenciários e Resultado Previdenciário, segundo a clientela urbana e rural (2025 e 2026) – Resultado de mar/26 em R\$ milhões de mar/26 – INPC

Item	mar/25	fev/26	mar/26	Var. %	Var. %	Acumulado no ano		Var. %
	(A)	(B)	(C)	(C / B)	(C / A)	2025	2026	
1. Arrecadação Líquida Total (1.1 + 1.2)	56.740,8	59.878,0	60.293,0	0,7	6,3	169.976,1	180.924,8	6,4
1.1 Arrecadação Líquida Total - Urbana	55.904,3	59.180,8	59.552,9	0,6	6,5	167.513,9	178.712,9	6,7
1.1.1 Arrecadação Líquida Urbana	55.897,2	59.160,9	59.542,2	0,6	6,5	167.471,3	178.678,6	6,7
1.1.3 Comprev	7,1	19,9	10,7	(46,0)	52,2	42,6	34,3	(19,5)
1.2 Arrecadação Líquida Total - Rural	836,5	697,2	740,1	6,2	(11,5)	2.462,1	2.211,9	(10,2)
2. Despesa com Benefícios (2.1 + 2.2)	80.557,0	82.406,7	109.365,6	32,7	35,8	238.489,1	273.401,2	14,6
2.1 Despesa com Benefícios - Urbano	63.216,3	64.751,7	86.165,3	33,1	36,3	187.538,2	215.219,4	14,8
2.1.1 Benefícios Previdenciários Urbanos	60.996,8	63.165,3	64.556,2	2,2	5,8	181.991,6	189.525,2	4,1
2.1.2 Passivo Judicial - Urbano	1.627,2	1.056,5	20.478,8	1.838,3	1.158,6	3.884,9	23.023,5	492,6
2.1.3 Comprev	592,3	529,9	1.130,3	113,3	90,8	1.661,7	2.670,7	60,7
2.2 Despesa com Benefícios - Rural	17.340,7	17.655,0	23.200,2	31,4	33,8	50.951,0	58.181,8	14,2
2.2.1 Benefícios Previdenciários Rurais	16.890,1	17.364,5	17.613,0	1,4	4,3	49.884,7	51.896,7	4,0
2.2.2 Passivo Judicial - Rural	450,6	290,4	5.587,3	1.823,7	1.140,1	1.066,3	6.285,1	489,5
3. Resultado Previdenciário (1 - 2)	(23.816,2)	(22.528,7)	(49.072,5)	117,8	106,0	(68.513,0)	(92.476,4)	35,0
3.1 Urbano (1.1 - 2.1)	(7.312,0)	(5.570,9)	(26.612,4)	377,7	264,0	(20.024,2)	(36.506,5)	82,3
3.2 Rural (1.2 - 2.2)	(16.504,2)	(16.957,8)	(22.460,1)	32,4	36,1	(48.488,8)	(55.969,9)	15,4

Fonte: INSS (fluxo de caixa ajustado pelo Sistema Informar).
Elaboração: SRGPS/MPS

GRÁFICO 1: Arrecadação Líquida, Despesa com Benefícios Previdenciários e Resultado Previdenciário, segundo a clientela urbana e rural - Acumulado até março - R\$ bilhões de março/2026 – INPC



Fonte: INSS (fluxo de caixa ajustado pelo Sistema Informar)
Elaboração: SRGPS/MPS

3. Receitas Correntes

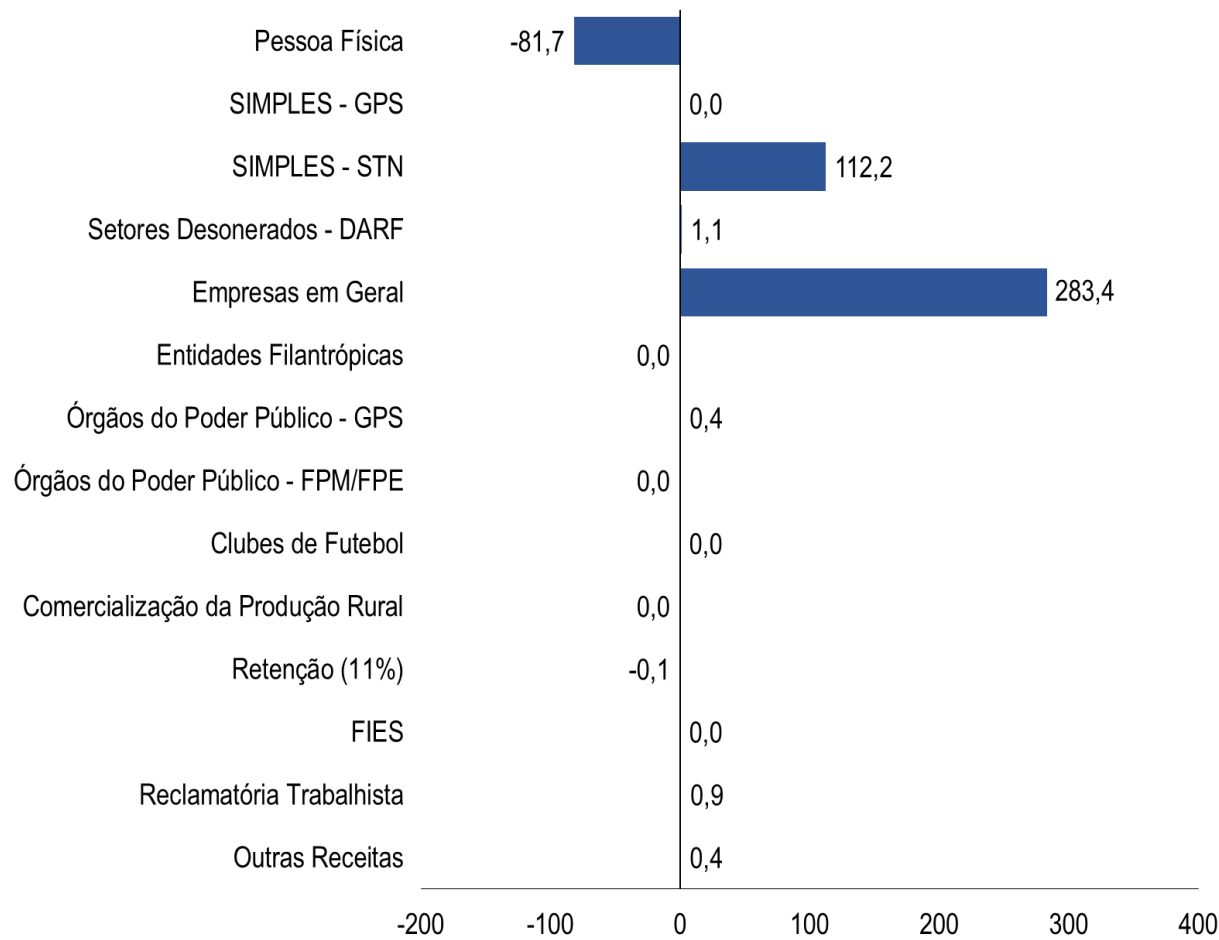
As receitas correntes somaram R\$ 62,7 bilhões em março de 2026, registrando aumento de 0,5% (+R\$ 316,6 milhões) em relação ao mês anterior (fev/26) e aumento de 6,2% (+R\$ 3,7 bilhões) na comparação com março de 2025. Em março de 2026, algumas rubricas apresentaram crescimento, com destaque para “Empresas em Geral”, que registrou aumento de 0,5% (+R\$ 283,4 milhões), e para “SIMPLES - STN”, com crescimento de 1,5% (+R\$ 112,2 milhões). Por sua vez, outras rubricas apresentaram queda, com destaque para “Pessoa Física”, que registrou recuo de 6,2% (-R\$ 81,7 milhões), como mostra o **Gráfico 2**.

No acumulado de 2026 (até março), as receitas correntes totalizaram R\$ 190,1 bilhões, valor 6,4% (+R\$ 11,4 bilhões) superior ao registrado no mesmo período de 2025. A rubrica “Empresas em Geral” apresentou aumento

de 7,7% (+R\$ 11,3 bilhões). Por outro lado, as rubricas “Setores Desonerados - DARF” e “Reclamatória Trabalhista” registraram recuo de 24,5% (-R\$ 821,0 milhões) e de 85,7% (-R\$ 135,0 milhões), respectivamente, conforme se observa no **Gráfico 3**.

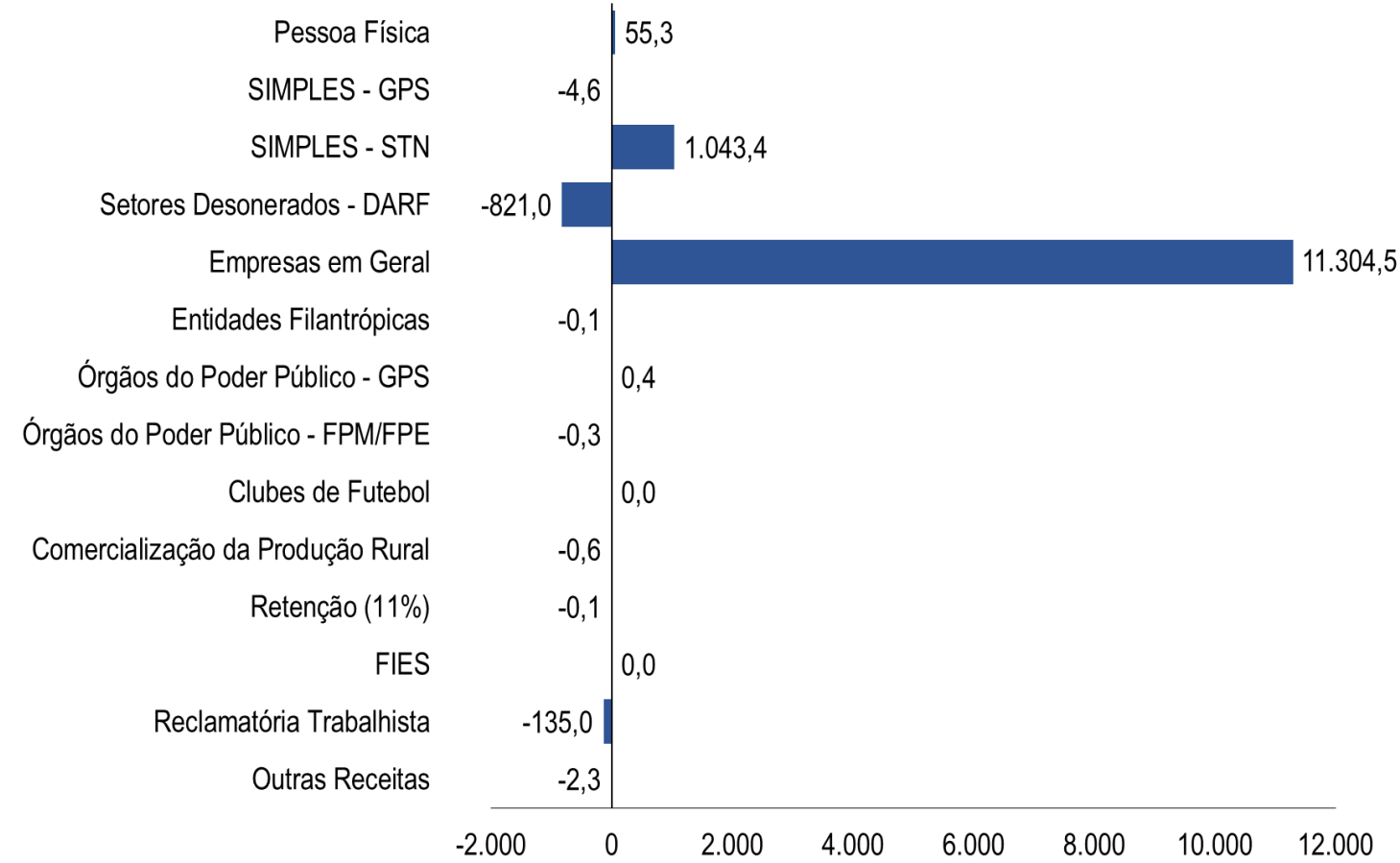
A arrecadação previdenciária está diretamente vinculada ao comportamento do mercado de trabalho formal, na medida em que aumentos ou reduções no nível de emprego formal no país se refletem, respectivamente, em resultados positivos ou negativos na arrecadação. Ademais, a distribuição da receita entre as diversas categorias tem sido influenciada pela progressiva obrigatoriedade de utilização do DARF pelas empresas para o recolhimento das contribuições previdenciárias, em substituição à Guia da Previdência Social (GPS).

GRÁFICO 2: Variação das Receitas Correntes de março de 2026 em relação ao mês anterior, em R\$ milhões de março/26 (INPC)



Fonte: INSS (fluxo de caixa ajustado pelo Sistema Informar).
Elaboração: SRGPS/MPS

GRÁFICO 3: Variação das Receitas Correntes (janeiro a março) de 2026 em relação a 2025, em R\$ milhões de março/26 (INPC)



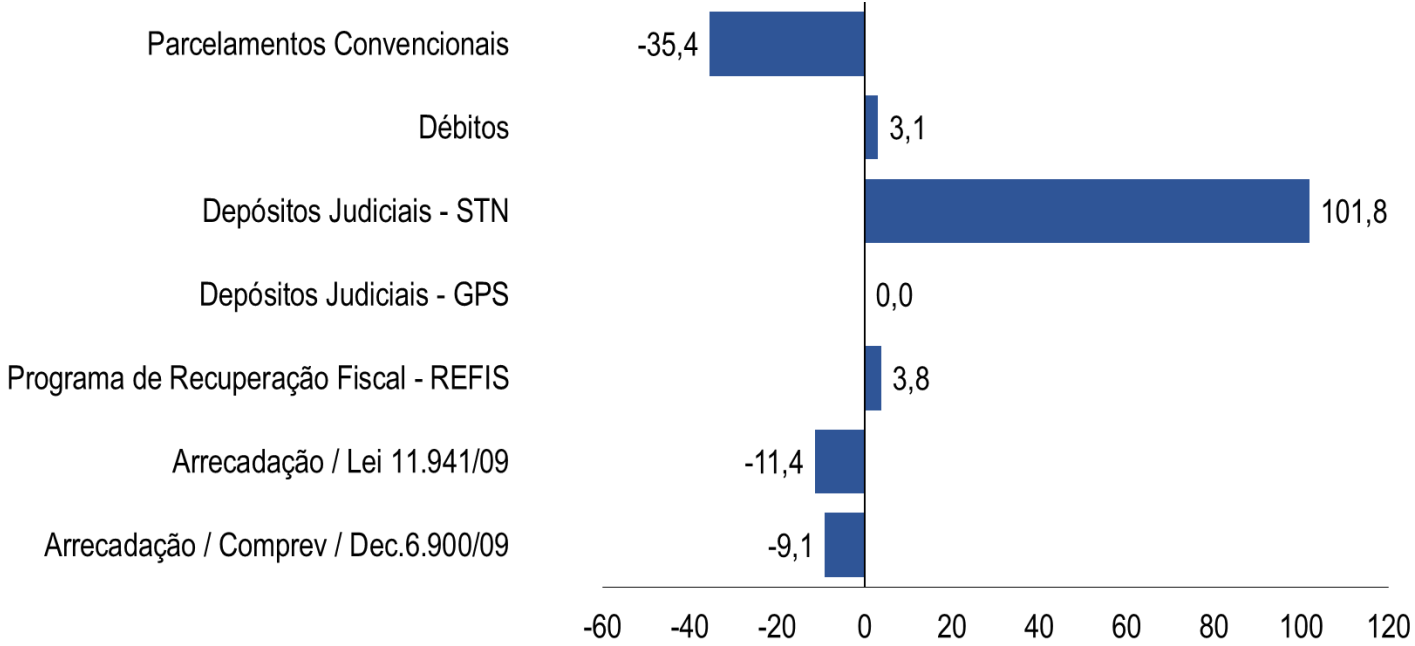
Fonte: INSS (fluxo de caixa ajustado pelo Sistema Informar).
Elaboração: SRGPS/MPS

4. Receitas de Medidas de Recuperação de Créditos

Em março de 2026, as receitas provenientes de medidas de recuperação de créditos totalizaram R\$ 415,1 milhões, registrando aumento de 14,6% (+R\$ 52,8 milhões) em relação a fevereiro de 2026 e redução de 13,2% (-R\$ 63,3 milhões) na comparação com março de 2025. A rubrica “Parcelamentos Convencionais” registrou queda de 11,0% (-R\$ 35,4 milhões) em relação ao mês anterior, enquanto a rubrica “Depósitos Judiciais – Repasse STN” apresentou acréscimo de R\$ 101,8 milhões, passando de saldo negativo (-R\$ 77,3 milhões) para positivo (R\$ 24,5 milhões), conforme demonstrado no **Gráfico 4**.

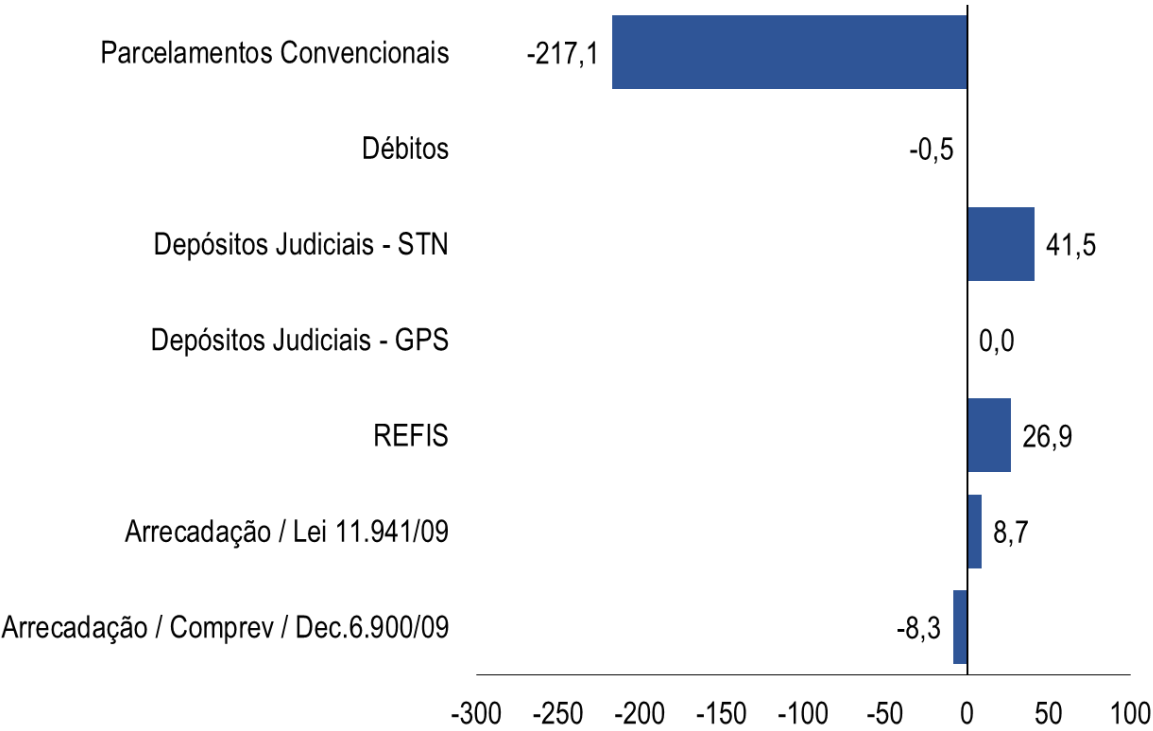
No acumulado de 2026 (até março), as receitas originadas de recuperação de créditos somaram R\$ 1,2 bilhão, evidenciando uma redução de 11,0% (-R\$ 148,7 milhões) em relação ao mesmo período de 2025. Essa queda decorreu principalmente do resultado da rubrica “Parcelamentos Convencionais” (-R\$ 217,1 milhões) e da “Arrecadação / Compre / Dec.6.900/09” (-R\$ 8,3 milhões), conforme se observa no **Gráfico 5**.

GRÁFICO 4: Variação das Receitas de Recuperação de Créditos (mar/26) em relação ao mês anterior - Em R\$ milhões de mar/26 (INPC)



Fonte: INSS (fluxo de caixa ajustado pelo Sistema Informar).
Elaboração: SRGPS/MPS

GRÁFICO 5: Variação das Receitas de Recuperação de Créditos (janeiro a março) de 2026 em relação a 2025 - Em R\$ milhões de mar/26 (INPC)



Fonte: INSS (fluxo de caixa ajustado pelo Sistema Informar).
Elaboração: SRGPS/MPS

5. Benefícios Emitidos e Concedidos

Em março de 2026, foram emitidos 41,7 milhões de benefícios, registrando crescimento de 2,8% (+1,1 milhão de benefícios) em relação ao mesmo mês de 2025. Nessa mesma base de comparação, os “Benefícios Previdenciários” cresceram 2,9% (+968,9 mil benefícios), os “Benefícios Acidentários” registraram aumento de 4,8% (+39,0 mil benefícios) e os “Benefícios Assistenciais” apresentaram expansão de 1,9% (+118,6 mil benefícios), conforme se observa na **Tabela 3**.

Na comparação entre março de 2026 e março de 2025, verifica-se que as Aposentadorias por Tempo de Contribuição cresceram 0,9% (+60,7 mil aposentadorias), as Aposentadorias por Idade aumentaram 4,4% (+580,4 mil aposentadorias) e as Pensões por Morte subiram 1,0% (+83,4 mil benefícios), enquanto o Auxílio-Doença apresentou crescimento de 1,7% (+20,9 mil benefícios).

Da quantidade média de 41,6 milhões de emissões verificadas no período de janeiro a março de 2026, cerca de 59,5% (24,7 milhões) foram destinadas a beneficiários da clientela urbana, 25,1% (10,5 milhões) a beneficiários da clientela rural e 15,4% (6,4 milhões) aos assistenciais, conforme demonstrado no **Gráfico 6**. No período de 2018 a 2026, a quantidade de benefícios emitidos apresentou incremento de 21,6% no meio urbano, de 9,9% no meio rural e de 36,9% nos assistenciais.

O valor líquido médio dos benefícios emitidos entre janeiro e março de 2026 foi de R\$ 1.987,91, o que representa elevação real de cerca de 2,4% em relação ao mesmo período de 2025, conforme apresentado no **Gráfico 7**. Na comparação entre o acumulado de janeiro a março de 2026 e o período correspondente de 2018, observa-se que o valor médio real dos benefícios emitidos cresceu 2,9%.

Em março de 2026, foram concedidos 885,6 mil novos benefícios, evidenciando um crescimento de 48,5% (+289,0 mil benefícios) em relação ao mês anterior (fev/26) e aumento de 54,0% (+310,4 mil benefícios) na comparação com março de 2025. Em relação ao mês anterior, a concessão de “Benefícios Previdenciários” registrou aumento de 62,5% (+289,3 mil benefícios), a de “Benefícios Acidentários” cresceu 93,1% (+15,8 mil benefícios) e a de “Benefícios Assistenciais” registrou queda de 14,2% (-16,6 mil benefícios), conforme se observa na **Tabela 4**.

No acumulado de 2026 (até março), foram concedidos 1,9 milhão de benefícios, o que representa aumento de 24,9% (+388,0 mil benefícios) em relação ao mesmo período de 2025. Nessa comparação, os “Benefícios Previdenciários” aumentaram 21,4% (+287,0 mil benefícios), os “Benefícios Acidentários” registraram acréscimo de 32,2% (+16,5 mil benefícios) e os “Benefícios Assistenciais” apresentaram crescimento de 50,4% (+83,7 mil benefícios).

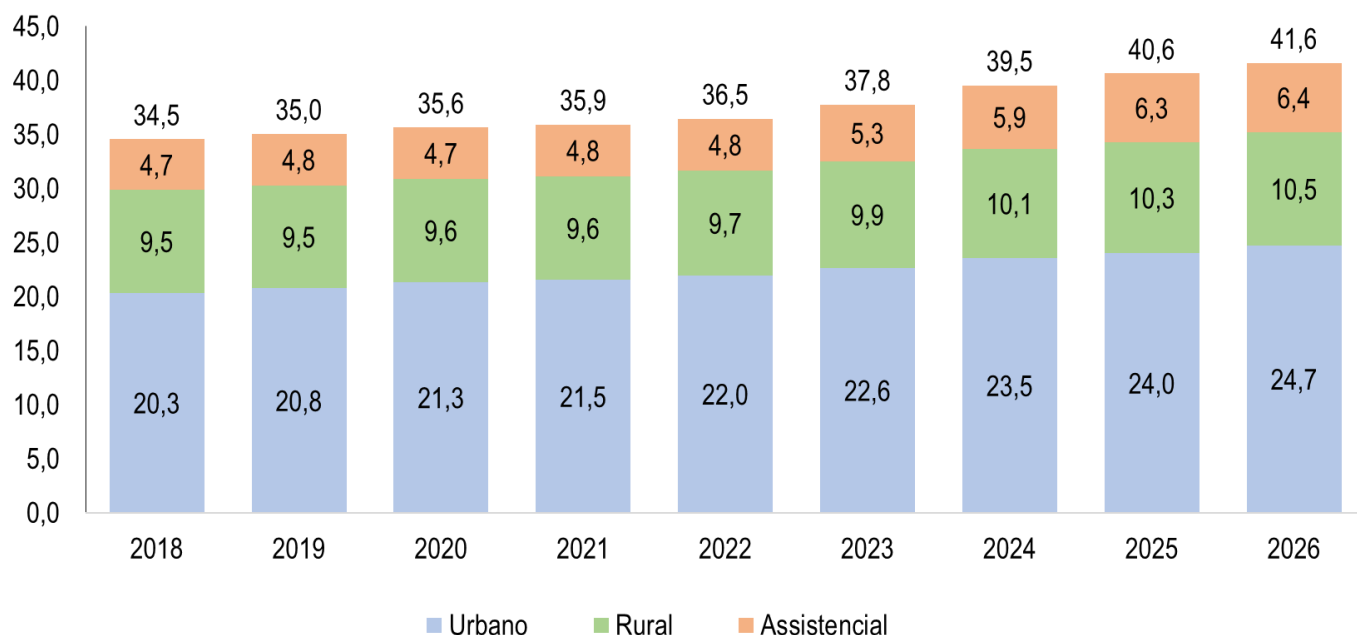
TABELA 3: Evolução da Quantidade de Benefícios Emitidos pela Previdência Social (mar/25, fev/26 e mar/26)

Item	mar/25 (A)	fev/26 (B)	mar/26 (C)	Var. % (C / B)	Var. % (C / A)
TOTAL	40.591.948	41.522.152	41.719.140	0,5	2,8
PREVIDENCIÁRIOS	33.441.935	34.293.477	34.410.854	0,3	2,9
Aposentadorias	23.547.456	24.193.788	24.265.246	0,3	3,0
Idade	13.253.749	13.773.713	13.834.120	0,4	4,4
Invalidez	3.290.952	3.363.753	3.367.665	0,1	2,3
Tempo de Contribuição	7.002.755	7.056.322	7.063.461	0,1	0,9
Pensão por Morte	8.420.657	8.505.753	8.506.006	0,0	1,0
Auxílio-Doença	1.180.545	1.183.805	1.191.343	0,6	0,9
Salário-Maternidade	81.278	144.653	179.303	24,0	120,6
Outros	211.999	265.478	268.956	1,3	26,9
ACIDENTÁRIOS	815.720	853.719	854.705	0,1	4,8
Aposentadorias	209.264	211.896	212.066	0,1	1,3
Pensão por Morte	93.047	91.298	91.139	(0,2)	(2,1)
Auxílio-Doença	79.691	90.106	89.766	(0,4)	12,6
Auxílio-Acidente	414.806	443.267	444.784	0,3	7,2
Auxílio-Suplementar	18.912	17.152	16.950	(1,2)	(10,4)
ASSISTENCIAIS	6.320.713	6.360.950	6.439.349	1,2	1,9
Benefício de Prestação Continuada/BPC - LOAS	6.268.649	6.313.741	6.392.511	1,2	2,0
Pessoa idosa	2.671.275	2.628.242	2.670.405	1,6	(0,0)
Pessoa com deficiência	3.596.461	3.684.235	3.720.769	1,0	3,5
Outros benefícios assistenciais	913	1.264	1.337	5,8	46,4
Rendas Mensais Vitalícias	52.064	47.209	46.838	(0,8)	(10,0)
Idade	2.572	2.058	2.014	(2,1)	(21,7)
Invalidez	49.492	45.151	44.824	(0,7)	(9,4)
BENEFÍCIOS DE LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA (BLE)	13.580	14.006	14.232	1,6	4,8

Fonte: INSS (fluxo de caixa ajustado pelo Sistema Informar)

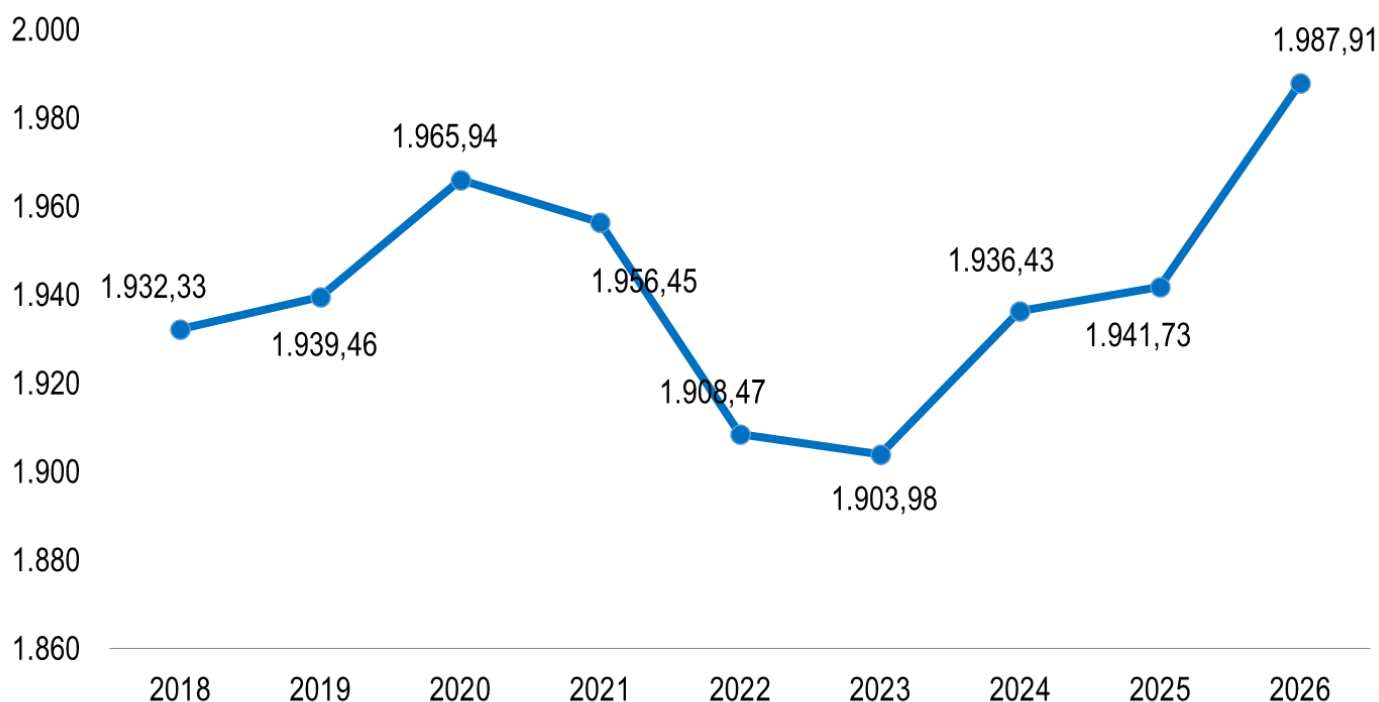
Elaboração: SRGPS/MPS

GRÁFICO 6: Evolução da Quantidade de Benefícios Emitidos pela Previdência Social, segundo a clientela (2018 a 2026)
- Em milhões de benefícios - Média de janeiro a março.



Fontes: Anuário Estatístico da Previdência Social - AEPS; Boletim Estatístico da Previdência Social – BEPS
Elaboração: SRGPS/MPS

GRÁFICO 7: Valor Líquido Médio do Total dos Benefícios Emitidos (média de janeiro a março de cada ano) – 2018 a 2026: em R\$ de mar/26 (INPC)

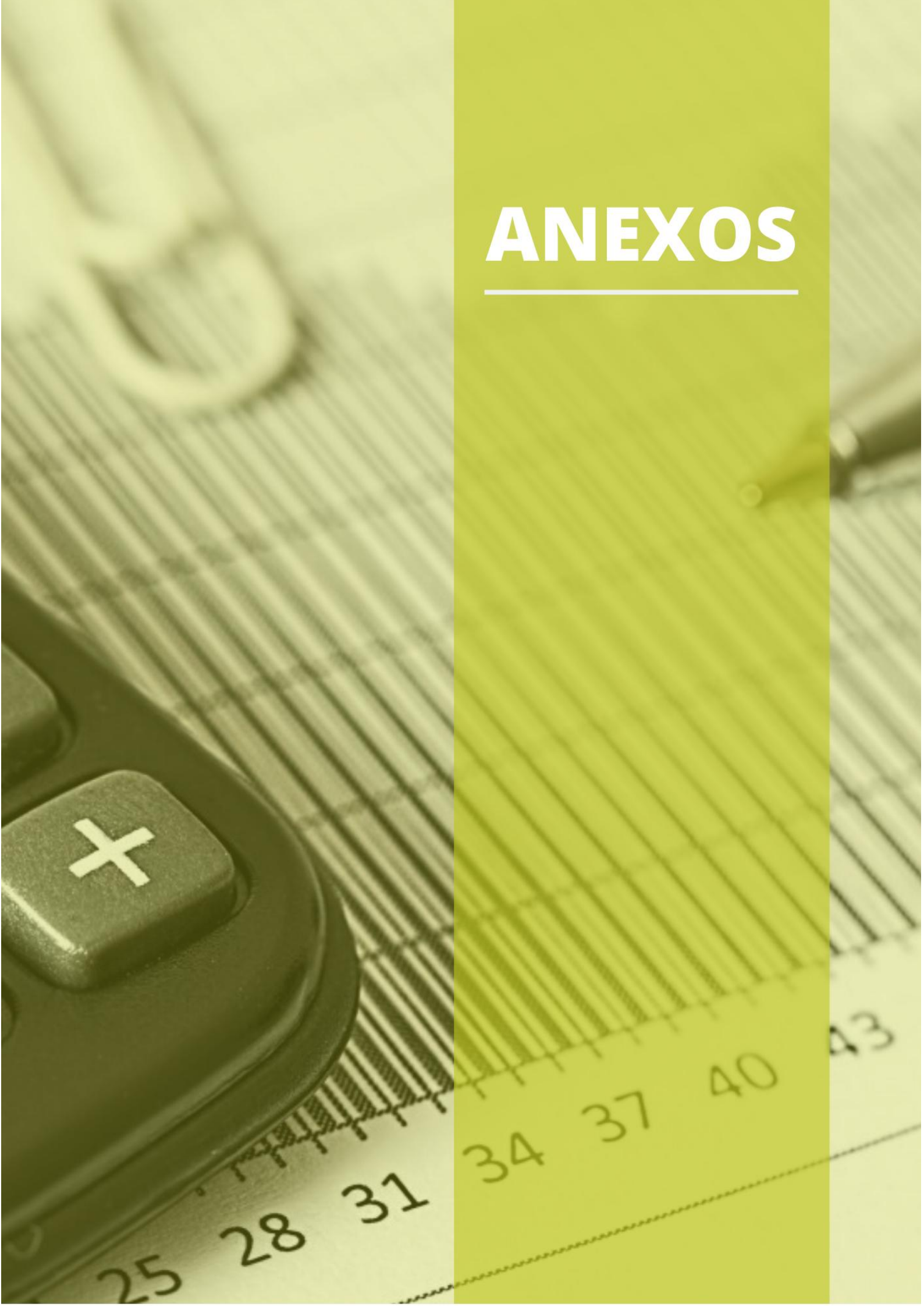


Fontes: Anuário Estatístico da Previdência Social - AEPS; Boletim Estatístico da Previdência Social – BEPS
Elaboração: SRGPS/MPS

TABELA 4: Evolução da Quantidade de Benefícios Concedidos pela Previdência Social (mar/25, fev/26 e mar/26) e acumulado de janeiro a março (2025 e 2026)

Item	mar/25	fev/26	mar/26	Var. %	Var. %	Acumulado no Ano		Var. %
	(A)	(B)	(C)	(C / B)	(C / A)	2025	2026	
TOTAL	575.133	596.526	885.562	48,5	54,0	1.555.914	1.943.936	24,9
PREVIDENCIÁRIOS	498.823	462.847	752.157	62,5	50,8	1.338.628	1.625.579	21,4
Aposentadorias	106.447	116.307	167.972	44,4	57,8	295.474	366.546	24,1
Idade	74.070	85.863	108.687	26,6	46,7	201.014	256.486	27,6
Invalidez	18.397	12.552	31.978	154,8	73,8	54.486	54.184	(0,6)
Tempo de Contribuição	13.980	17.892	27.307	52,6	95,3	39.974	55.876	39,8
Pensão por Morte	34.865	20.134	50.957	153,1	46,2	92.234	94.598	2,6
Auxílio-Doença	295.435	215.726	389.664	80,6	31,9	787.403	820.056	4,1
Salário-Maternidade	57.966	107.885	135.391	25,5	133,6	152.270	330.184	116,8
Outros	4.110	2.795	8.173	192,4	98,9	11.247	14.195	26,2
ACIDENTÁRIOS	16.880	17.012	32.850	93,1	94,6	51.231	67.717	32,2
Aposentadorias	675	435	1.190	173,6	76,3	2.094	2.025	(3,3)
Pensão por Morte	20	49	48	(2,0)	140,0	65	122	87,7
Auxílio-Doença	13.954	14.614	26.876	83,9	92,6	40.879	56.171	37,4
Auxílio-Acidente	2.225	1.912	4.727	147,2	112,4	8.177	9.376	14,7
Auxílio-Suplementar	6	2	9	350,0	50,0	16	23	43,8
ASSISTENCIAIS	59.409	116.530	99.958	(14,2)	68,3	166.005	249.686	50,4
Benefício de Prestação Continuada/BPC - LOAS	59.353	116.506	99.829	(14,3)	68,2	165.851	249.498	50,4
Pessoa idosa	20.277	57.873	39.324	(32,1)	93,9	60.400	110.037	82,2
Pessoa com deficiência	39.076	58.633	60.505	3,2	54,8	105.451	139.461	32,3
Outros benefícios assistenciais	56	24	129	437,5	130,4	154	188	22,1
BENEFÍCIOS DE LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA (BLE)	21	137	597	335,8	2.742,9	50	954	1.808,0

Fontes: Anuário Estatístico da Previdência Social - AEPS; Boletim Estatístico da Previdência Social – BEPS.
Elaboração: SRGPS/MPS

The background of the slide features a close-up, slightly blurred image of a calculator and a ledger. The calculator is dark-colored with a prominent white '+' key. The ledger has a grid pattern with numbers like 25, 28, 31, 34, 37, 40, and 43 visible. A solid green vertical bar is positioned on the right side of the image, serving as a design element.

ANEXOS

ANEXO I

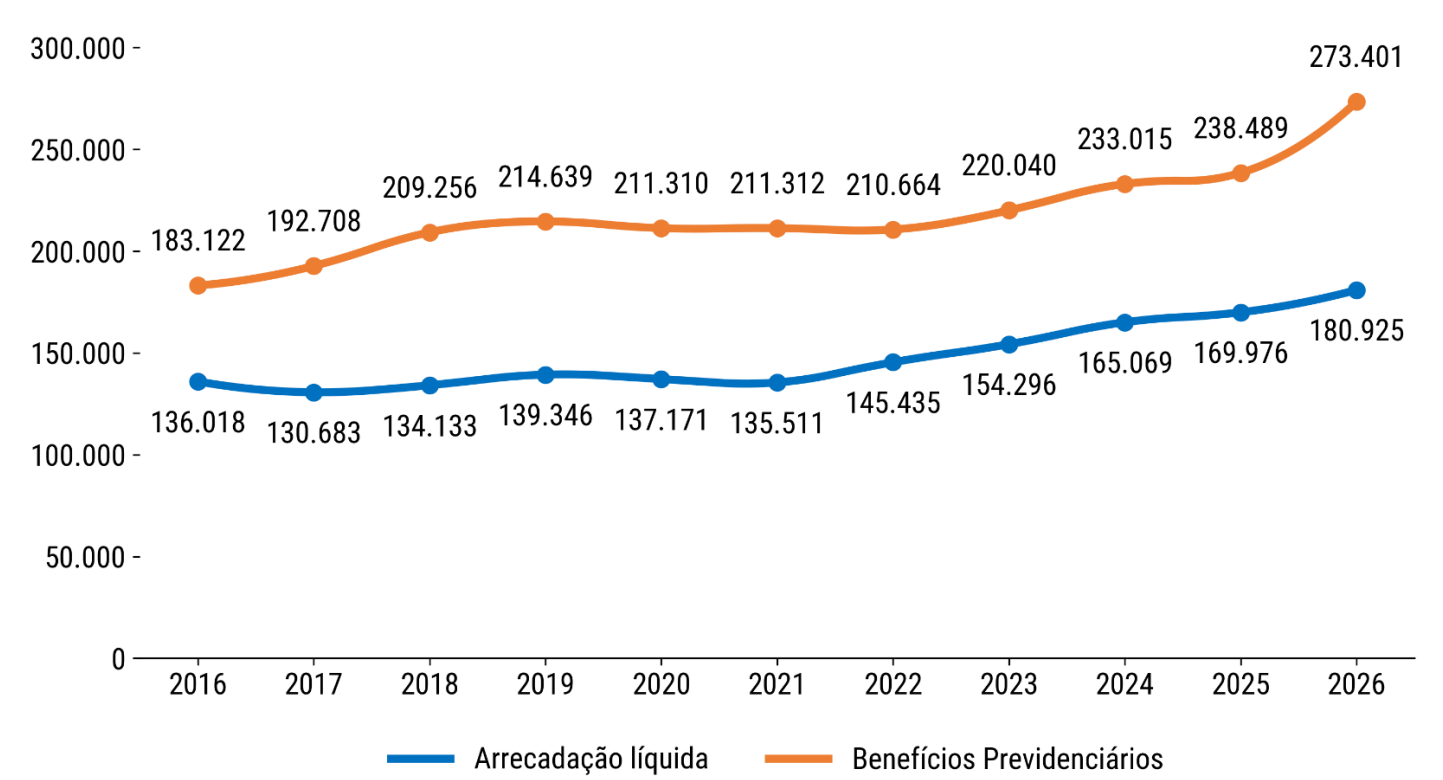
I.I Relação entre a Arrecadação Líquida e a Despesa com Benefícios (R\$ milhões de mar/26 – INPC)

Período	Arrecadação Bruta (1)	Transferências a Terceiros	Arrecadação Líquida	Benefícios Previdenciários	Relação %	Saldo
	(A)	(B)	C = (A - B)	(D)	E=(D/C)	F= (C - D)
Valores referentes ao acumulado até o mês de Março, a preços de Mar/2026 INPC						
2016	154.000	17.982	136.018	183.122	134,6	(47.104)
2017	148.094	17.411	130.683	192.708	147,5	(62.025)
2018	152.289	18.156	134.133	209.256	156,0	(75.123)
2019	151.247	11.901	139.346	214.639	154,0	(75.293)
2020	147.023	9.852	137.171	211.310	154,0	(74.139)
2021	144.998	9.487	135.511	211.312	155,9	(75.801)
2022	153.559	8.124	145.435	210.664	144,9	(65.229)
2023	163.031	8.735	154.296	220.040	142,6	(65.744)
2024	174.228	9.159	165.069	233.015	141,2	(67.945)
2025	180.002	10.026	169.976	238.489	140,3	(68.513)
2026	191.293	10.368	180.925	273.401	151,1	(92.476)
mar/24	58.021	2.428	55.593	79.102	142,3	(23.509)
abr/24	57.349	2.450	54.899	87.819	160,0	(32.920)
mai/24	55.720	2.584	53.137	119.208	224,3	(66.072)
jun/24	56.170	2.460	53.710	102.199	190,3	(48.489)
jul/24	57.519	2.670	54.849	79.037	144,1	(24.189)
ago/24	60.670	2.715	57.955	78.336	135,2	(20.381)
set/24	55.784	2.939	52.845	81.023	153,3	(28.178)
out/24	58.004	2.573	55.431	77.768	140,3	(22.336)
nov/24	58.108	2.701	55.407	77.788	140,4	(22.382)
dez/24	90.920	2.708	88.212	77.194	87,5	11.019
jan/25	61.304	4.545	56.759	77.520	136,6	(20.761)
fev/25	59.201	2.724	56.476	80.412	142,4	(23.936)
mar/25	59.497	2.756	56.741	80.557	142,0	(23.816)
abr/25	59.127	2.735	56.392	90.079	159,7	(33.687)
mai/25	60.236	2.713	57.523	115.314	200,5	(57.791)
jun/25	60.245	2.762	57.482	108.168	188,2	(50.686)
jul/25	59.454	2.880	56.574	100.309	177,3	(43.735)
ago/25	63.819	2.707	61.112	80.641	132,0	(19.529)
set/25	61.770	2.570	59.200	80.558	136,1	(21.358)
out/25	61.941	2.761	59.180	80.339	135,8	(21.159)
nov/25	62.114	2.816	59.297	81.027	136,6	(21.729)
dez/25	96.451	2.684	93.767	82.443	87,9	11.324
jan/26	65.456	4.702	60.754	81.629	134,4	(20.875)
fev/26	62.734	2.856	59.878	82.407	137,6	(22.529)
mar/26	63.104	2.811	60.293	109.366	181,4	(49.073)

Fonte: CGF/INSS.

Elaboração: SRGPS/MPS

I.II Arrecadação Líquida X Despesa com Benefícios (acumulado até o mês de março de cada ano, em R\$ milhões de mar/26 –INPC)



Fonte: CGF/INSS
Elaboração: SRGPS/MPS

Rubricas de arrecadação previdenciária

1. Pessoa Física: Contribuinte Individual, Empregado Doméstico, Segurado Especial e Facultativo.
2. SIMPLES - Recolhimento em Guia da Previdência Social – GPS: recolhimento relativo à contribuição do segurado empregado de empresas optantes pelo SIMPLES.
3. SIMPLES – repasse STN: Repasse, pela Secretaria do Tesouro Nacional, dos valores recolhidos relativos à cota patronal de empresas optantes pelo SIMPLES.
4. Empresas em Geral: empresas sujeitas às regras gerais de contribuição, incluídos os recolhimentos referentes à cota patronal, dos empregados e do seguro acidente.
5. Setores Desonerados: arrecadação em DARF relativas à desoneração da folha de pagamento, conforme a Lei 12.546 de 14/12/2011.
6. Entidades Filantrópicas: recolhimento relativo à contribuição do segurado empregado de Entidades Filantrópicas das áreas de saúde, educação e assistência social, que têm isenção da cota patronal.
7. Órgãos do Poder Público - Recolhimento em GPS: Recolhimento em Guia da Previdência Social - GPS - em relação aos servidores da administração direta, autarquias e fundações, da União, Estados e Municípios, vinculados ao RGPS.
8. Órgãos do Poder Público - Retenção FPM/FPE: Valores retidos do Fundo de Participação dos Estados - FPE - ou do Fundo de Participação dos Municípios - FPM - para pagamento das contribuições correntes de Estados e Municípios.
9. Clubes de Futebol: receita auferida a qualquer título nos espetáculos desportivos de que os clubes de futebol participem.
10. Comercialização da Produção Rural: Valores recolhidos por Produtores Rurais Pessoa Física e Jurídica, quando da comercialização de sua produção.
11. Retenção (11%): valor retido pela contratante de serviços prestados mediante cessão de mão-de-obra no valor de 11% da nota fiscal, da fatura ou do recibo de prestação de serviços.
12. Fundo de Incentivo ao Ensino Superior – FIES: Dívida das universidades junto à Previdência repassada ao INSS através do Fundo de Incentivo ao Ensino Superior - FIES.
13. Reclamatória Trabalhista: recolhimento sobre verbas remuneratórias decorrentes de decisões proferidas pela Justiça.
14. Arrecadação / Comprev / Dec.6.900/09: compensação financeira entre os regimes próprios de previdência e o RGPS
15. Arrecadação / Lei 11.941/09: refinanciamento de débitos previdenciários.
16. Programa de Recuperação Fiscal – REFIS: Arrecadação proveniente do Programa de Recuperação Fiscal, que promove a regularização de créditos da União, decorrentes de débitos de pessoas jurídicas, relativos a tributos e contribuições administrados pela SRF e pelo INSS.
17. Depósitos Judiciais - Recolhimentos em GPS: Recolhimento em Guia da Previdência Social - GPS - de parcelas de créditos previdenciários das pessoas jurídicas que ingressam com ações contra a Previdência.
18. Depósitos Judiciais - Repasse STN: Valor repassado pela Secretaria do Tesouro Nacional referente à parcela do crédito previdenciário das pessoas jurídicas que ingressam com ações contra a Previdência (Lei nº 9.709/98).
19. Débitos: Débitos quitados através de Guia da Previdência Social - GPS - ou recebidos em decorrência de Contrato de Assunção, Confissão e Compensação de Créditos.
20. Parcelamentos Convencionais: Pagamento de parcelamentos não incluídos em programa específico de recuperação de crédito.
21. Sentenças Judiciais – TRF: Pagamento de precatórios de benefícios e de requisições de pequeno valor resultantes de execuções judiciais. A Lei nº 10.524, de 25.07.2002, no seu art. 28, determinou que as dotações orçamentárias para pagamento destes valores seriam descentralizadas aos Tribunais, não mais sendo pagas pelo INSS.
22. Restituição de Arrecadação – Procedimento administrativo pelo qual o sujeito é ressarcido pelo INSS, de importâncias pagas indevidamente à Previdência Social, ou de importâncias relativas ao salário-família e ao salário-maternidade, que não tenham sido objeto de compensação ou de reembolso.
23. Transferências a Terceiros – Valor das contribuições sociais recolhidas pelo INSS e depois repassadas às respectivas entidades, tais como: SENAI, SENAR, SESC, SESI etc. O valor é negativo porque, apesar de ser arrecadado pelo INSS, depois é repassado e não faz parte do Fundo do Regime Geral de Previdência Social.